

Cruzando Memórias: arquivos e museus A experiência na Santa Casa da Misericórdia do Fundão

*Crossing Memories: archives and museums
The experience in Santa Casa da Misericórdia
of Fundão*

CLARA VAZ PINTO
Museu Nacional do Traje
National Museum of the Costume
mntraje@mntraje.dgpc.pt

RESUMO

Faz-se a revisitação do projeto de musealização da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (SCMF), levada a cabo há três décadas. Percorrem-se os diversos temas que então foram contemplados: as Obras de Misericórdia, a fundação, as instalações, os compromissos e os estatutos, as procissões e os funerais. Acrescentam-se agora as festas e perspetiva-se a atualização daquele projeto tendo em conta as novas valências que, entretanto, a instituição assumiu em resposta às necessidades sociais dos nossos dias: centro de dia e lar, creche, jardim infantil, atividades de tempos livres e exploração agropecuária. Neste trabalho, fica também demonstrada a importância do tratamento do arquivo desta instituição para o melhor conhecimento das dinâmicas da História da Cova da Beira.

PALAVRAS-CHAVE

Arquivo, História local, Misericórdia, Museu, Valências.

ABSTRACT

The museum project of the Santa Casa da Misericórdia of Fundão (SCMF), carried out three decades ago, is here revisited. We go through the various themes that were then dealt with: the Works of Mercy, the foundation, the facilities, the commitments and the statutes, the processions and the funerals. The festivities are now being added and the updating of this project is planned taking into account the new values that the institution has assumed in response to the social needs of our day: day care centre and home, kindergarten, nursery, leisure activities and agricultural exploitation. In this work, it is also demonstrated the importance of the treatment of the archive of this institution for the better knowledge of the dynamics of the History of Cova da Beira.

KEYWORDS

Archives, Facets, Local history, Mercy, Museum.

PREÂMBULO

Gostaria de começar por agradecer o convite para participar neste congresso, que assinala os 500 anos da Santa Casa da Misericórdia do Fundão (SCMF). Foi um convite que me surpreendeu e, confesso, hesitei em aceitar porquanto me parecia que nada tinha a acrescentar, do ponto de vista da investigação histórica, 31 anos depois do início do processo que levou à inauguração do pequeno museu desta instituição, a 8 de julho de 1989. Foi um projeto que nunca se proporcionou ser objeto de apresentação, mas, na verdade e à época, foi uma experiência profissional de um tipo novo e absolutamente fascinante. E, apesar da hesitação inicial, a possibilidade de visitar este projeto três décadas depois do seu início é um privilégio único, por este intervalo de tempo e pelo próprio distanciamento que as circunstâncias da vida trouxeram consigo.

É por isso que venho aqui partilhar a leitura que hoje faço daquele projeto, dos seus fatores críticos e do potencial identificado, contando para isso muito pouco com a memória pessoal e muito mais com muitos “papéis”, cópias do processo de trabalho de que já nem me recordava e que datam do tempo pré-computador – é um pouco estranho ver esse trabalho nas finíssimas “folhas de cópia”, dactilografada, ou ainda as versões manuscritas, as muitas emendas e aquela coisa magnífica que o papel nos proporciona – o apontamento breve, a anotação ... E o programa destas Comemorações ainda mais reforçou essa vontade de vir, sobretudo por uma dupla expectativa: por um lado conhecer o desenvolvimento de várias pistas de investigação, bastante tentadoras à altura e ver também a evolução do próprio museu: como foi utilizado e transformado e como serviu a comunidade a que se destinava.

1. A HISTÓRIA DE UM PROJETO E PROGRAMA MUSEOLÓGICO

Em 1986, a Santa Casa da Misericórdia do Fundão solicitou ao então Instituto Português do Património Cultural (IPPC) apoio para a organização e montagem de um museu. Nessa altura, prestava serviço como conservadora no Museu de Francisco Tavares Proença Júnior (MFTPJ) e coube-me a mim esse projeto.

Havia local, havia peças, havia vontade e capacidade de decisão: disto tudo me dei conta na altura da minha primeira visita, com o então Provedor Manuel Antunes Correia. À altura, o acervo então existente obedecia a duas grandes características: por um lado, um grupo de peças essencialmente utilitárias, usualmente adquiridas ou para responder a necessidades funcionais ou provenientes de ofertas, legados e doações, ou seja peças com um valor essencialmente utilitário documentavam, de forma indireta, a atividade da SCMF. O outro grupo, se bem que reunido para responder a necessidades de culto, era constituído por peças com uma tipologia diversificada, mas com um valor cultural e religioso e, nalguns casos, com valor estético: falamos de arte sacra, escultura, pintura, incluindo as bandeiras da Santa Casa, vestuário dos irmãos (capas e varas), alguma cerâmica e ourivesaria.

A somar-se a isto tudo, um conjunto significativo de espécies bibliográficas e um núcleo documental bastante vasto, mas nesse projeto, bem servido por tantas vontades, a localização prevista inicialmente era o grande constrangimento, identificado de imediato. E era-o sobretudo por questões de acessibilidade. Todavia, era o espaço possível e, por parte da SCMF, houve sempre disponibilidade para a sua qualificação. Se este era um constrangimento de ordem prática, um outro surgiu desde o início. Este poderia condicionar a programação e os conteúdos e a solução exigia alguma flexibilidade e capacidade de adaptação: parte significativa das peças, associadas à vida religiosa da SCMF, estavam

ao culto e não podiam ser deslocalizadas em permanência ou nem mesmo temporariamente.

Além da boa vontade e cooperação de todos, tanto pessoais como institucionais – da SCMF e do MFTPJ, o recurso absolutamente fundamental e que foi identificado desde o princípio, como a leitura das cópias dos relatórios que fui fazendo me ajudaram a recordar, foi o vasto núcleo documental que a Santa Casa da Misericórdia detinha e ao qual me foi facultado o acesso.

A metodologia obrigava a estudar a “pouca” bibliografia existente e, sobretudo, a explorar o arquivo para se conseguir estabelecer um programa museológico que tratasse a história da Santa Casa da Misericórdia do Fundão e tratasse também da sua ação social, intimamente ligada á componente religiosa e inserida na comunidade que servia. A criação de conteúdos deveria resolver a impossibilidade de utilização dos edifícios anexos á Igreja da Misericórdia, tentando criar uma ligação e um percurso complementar.

O programa de trabalho, anexo ao relatório de 5 agosto de 1987, elaborado e apresentado, ainda nesse mês, era bastante óbvio – pelo menos, visto 30 anos depois – e, além do tratamento básico do espaço, centrava-se na inventariação e descrição do acervo, tratando-o, em paralelo com o trabalho de estudo e investigação e, inclusive, verificação das fontes orais.

Daqui resultaria um programa museológico e, aprovado este pela SCMF, iniciar-se-ia o projeto museográfico que permitiria concretizar a proposta no espaço preparado e que deveria garantir, em simultâneo, as condições de conservação e as condições de exposição das peças, nomeadamente das mais sensíveis.

O programa museológico apresentado propunha dois núcleos. O primeiro, sedado no espaço disponibilizado, estaria vocacionado para contar a história e o trabalho desenvolvido pela SCMF, desde que há registo da sua atividade até ao momento presente (de então) e incorporaria peças da coleção, espécies bibliográficas e documentais e ainda painéis informativos, organizados por temas. O segundo núcleo seria constituído pela Igreja da Misericórdia e o espaço visitável das dependências anexas, sendo a visita apoiada por um folheto explicativo. Os temas eram em número de oito, na sequência que a seguir se descreve.

1.1. TEMA DE “APRESENTAÇÃO”

Este tema pretendia apresentar a Misericórdia e o seu serviço à comunidade em que se inseria. Abria com o lema da Misericórdia: ALTER ALTERIUS ONERA PORTATE – “Ajudai-vos uns aos outros | levai a carga do outro”, que é a razão de ser destas instituições. Identificavam-se a seguir as Obras de Misericórdia, Sete obras corporais | Sete obras espirituais: ensinar os simples; dar bons conselhos; castigar os que erram; consolar os tristes; perdoar as ofensas; sofrer com paciência; orar pelos vivos e pelos mortos; visitar os enfermos e os presos; remir os cativos; vestir os nus, dar de comer aos famintos e de beber aos sedentos, abrigar os viajantes; e enterrar os mortos, porque, como diz um dos documentos conservados no arquivo histórico da SCMF, «... o fundamento (...) é cumprir as obras de misericórdia, é necessário de saber as ditas obras». O último componente deste tema era o juramento dos Irmãos, recordando aqui o seu texto e também o cerimonial envolvido, porquanto significa a assunção de um compromisso, perante si próprio e também perante a comunidade – a “santa confraria”, a irmandade – a que se escolheu pertencer.

1.2. TEMA “FUNDAÇÃO”

Era importante, até face às versões disseminadas oralmente, contextualizar a problemática da fundação da SCMF de uma forma objetiva. A pesquisa no arquivo forneceu bastantes indicações que, no futuro, careciam de ser pesquisadas e confrontadas com outras fontes. Do ponto de vista museográfico, para este tema recorreu-se a textos e a documentos existentes no arquivo, fosse utilizando os originais ou fosse utilizando reproduções.

1.3. TEMA “AS INSTALAÇÕES OU O ESPAÇO FÍSICO”

A primeira casa, a sua localização, etc., são uma componente desta história que é motivadora e suscita interesse e curiosidade por parte do público. A abordagem seguida neste tema explorava a informação transmitida pela tradição e a informação entretanto recolhida no arquivo documental. A grande questão que se colocava prendia-se com a função desse espaço inicial: religioso ou de assistência ao outro? A proximidade entre a Igreja e o Hospital era grande, muito provavelmente quase um espaço contínuo em que a diferenciação se foi fazendo lentamente. Propunha-se também que este tema fosse desenvolvido no núcleo que se advogava para a Igreja da Misericórdia, através da visita a esse núcleo, embora a ação da componente Hospital ao longo do tempo fosse explorada no núcleo museológico.

1.4. TEMA “COMPROMISSOS E ESTATUTOS”

Documentos iniciais ou réplicas e texto explicativo: – o que é o Compromisso? – o que são os Estatutos? Quer o Compromisso quer os Estatutos são documentos fundamentais pela sua natureza – vínculo e normativo – para o irmão e para a irmandade, pela legitimidade que lhes conferem, quer perante a sociedade quer perante o grupo. Estruturam a vida da instituição e estruturam a vida do Irmão. Em termos museográficos, estes documentos não podiam, pois, faltar, fosse na versão original ou réplicas, apoiados por um texto explicativo e associados a peças mais relacionadas com os Irmãos.

1.5. TEMA “PROCISSÕES E ENTERROS” (E “FESTIVIDADES”, ACRESCENTO AGORA)

As procissões são uma componente forte da relação da instituição com a comunidade e tanto podiam ter sido instituídas pela Santa Casa, como a Santa Casa poderia ser apenas um participante. A partir do trabalho de pesquisa no arquivo, identificaram-se, descreveram-se e mapearam-se as várias procissões instituídas pela Santa Casa. Os enterros, uma componente fundamental do trabalho assistencial dos Irmãos, são uma presença recorrente e significativa na documentação arquivada. A leitura e estudo do fundo documental permitiu perceber como era gerida a diferenciação na morte, que inclusive teve vários regulamentos (1640, 1750, 1763 ...). Do ponto de vista museográfico, documentação e imagens antigas eram imprescindíveis para dar voz a este tema.

1.6. TEMA “ESTRUTURA PATRIMONIAL”

A riqueza da Santa Casa foi-se constituindo ao longo do tempo e sobretudo através de doações e heranças, sem prejuízo de momentos em que parece detetar-se uma estratégia de aquisição de propriedades. Com uma componente forte de capital, proveniente sobretudo de foros e rendas, não é de desprezar todo o património imobiliário, em que se nota alguma atividade a nível de mercado (compra e venda) mas em que também não é de desprezar o ónus provocado pelos encargos associados às heranças. A gestão dos

bens móveis, com responsabilidade e transparência é uma preocupação constantemente registada, tendo havido um grande desenvolvimento dos instrumentos de controlo e responsabilização, nomeadamente através de tombos e inventários.

1.7. TEMA “VALÊNCIAS ATUAIS”

Com este último tema pretendia-se fazer a ligação entre a obra assistencial de então com a de agora: hospital; creche; jardim infantil; atividades de tempos livres; Terceira Idade, apoio domiciliário, centro de dia, lar; exploração agropecuária; e outras. Fechava-se o percurso identificando e destacando a ação da Santa Casa nestas componentes sociais, o seu envolvimento com a comunidade que serve e a capacidade de assumir e responder por essa responsabilidade.

2. O ARQUIVO HISTÓRICO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO FUNDÃO

Esta estrutura resultou inequivocamente do trabalho realizado no arquivo histórico da SCMF. Se a minha primeira abordagem foi na perspetiva muito imediata de obter informações sobre as peças – recorrendo aos inventários e aos tombos -, bem depressa me apercebi da riqueza dos conteúdos e como era importante trabalhá-los. Mas também foi preciso resistir a seguir linhas de pesquisa que não eram fundamentais para este trabalho.

Aqui vemos uma instituição preocupada com os seus normativos – os compromissos e os estatutos, nas suas várias versões, estão presentes ao longo do tempo -, uma instituição que trata da sua vida interna, inclusive penalizando os irmãos que se revelam não cumpridores e resolvendo conflitos internos – lemos isso nos livros de atas e eleições, mas também em anotações intercaladas com outras coisas, como é o caso dos irmãos faltosos aos atos ou mesmo do capelão que não quer ir para a Boidobra e que se explica muito claramente, na singeleza das suas razões.

Apercebemo-nos da intervenção régia no caso dos expostos, por exemplo, ou quando se trata da gestão do seu património imobiliário e a SCMF precisa de reforçar o seu peso. Os contratos de trabalho lá estão especificados e as contas refletem o seu cumprimento, até ao pormenor do traje.

O profundo envolvimento – dos irmãos e da “sociedade civil” – na SCMF também se traduz nas doações testamentárias – e quanto não se descobre aí: a preocupação de beneficiar terceiros, ao doar um conjunto de traje, as casas de tinte de alguém e que confrontavam, em 1662, com um terreno doado, informação que foi uma novidade quando partilhada! Os tombos e os inventários são uma preocupação constante – a responsabilização e a transparência, como diríamos hoje, são uma norma que se infere por vezes de situações que adivinhamos tensas. E, num caso único, espelham a vida fora de muros: não se continuou o inventário porque os franceses chegaram ...

De todo este volume de documentação, pode-se inferir outras informações: dos termos de abertura e encerramento, tiramos nomes de irmãos e dos períodos em que foram oficiais da SCMF, tiramos listas de capelães, sabemos como vestia o hospitaleiro (embora não exatamente ao pormenor), conhecemos os alimentos que integravam a dieta dos que procuravam o hospital. Sabemos que, a determinada altura, o hospital era obrigado a tratar os militares – e quase apetece não resistir e explorar essa linha: que regimentos andaram por aqui? Sabemos de algumas obras na igreja, sabemos da necessidade de reunir dinheiro para dourar o retábulo oferecido pelos Frades do Convento do Seixo e sabemos que o dourador, finalmente contratado, veio em burro do Porto e gastou uns milheiros

de ouro nessa obra. E esse foi, de facto, um privilégio: de uma mera pesquisa de informação factual, reconhecer afinal uma instituição que serve inserida na sua comunidade, com vida própria e que comunga/partilha da vida da sua comunidade, ler sobre gente com valores e que reflete esses valores ao servir nesta instituição. Neste processo de musealização, o arquivo transformou-se de fonte de informação em objeto museológico – e o programa museológico melhorou. Proteger a memória, foi esse o objetivo. Tentámos desenvolver a nossa capacidade de a recolher, conservar, de a inventariar, estudar, dando acesso, e divulgar, partilhar para que a própria memória se enriqueça com a vida que decorre.

Concluindo, certamente, o Museu da SCMF melhorou muito mais nestas três décadas e espero que se transforme novamente, como resultado deste congresso e de todos os estudos que têm sido consagrados à SCMF.

NOTA BIOGRÁFICA DA AUTORA

Maria Clara Mendes Vaz Pinto concluiu a licenciatura em História pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa em 1978. Realizou o Curso de Conservador de Museus, entre 1982 e 1984, promovido pelo Instituto Português do Património Cultural. Completou a pós-graduação em Gestão e Empreendedorismo Cultural e Criativo no INDEG-ISCTE (Lisboa), 2009-2010 e ainda a formação em Gestão Pública em curso organizado pelo INA-Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas e pela Direção Geral do Património Cultural em 2014. Iniciou a sua carreira profissional como docente do ensino secundário, em 1976, percorrendo várias escolas do país até 1987, ainda que sempre com algumas paixões: a arqueologia, a museologia, a história do traje e dos têxteis. Tem participado em conferência, colóquios, congressos e edições sobre estes e outros temas. Entre 1989 e 1988, foi diretora do Museu Francisco Tavares Proença Júnior de Castelo Branco e é diretora do Museu Nacional do Traje e do parque botânico do Monteiro-Mor (Lisboa) desde 2008 e até à presente data. É membro da Associação Portuguesa dos Jardins Históricos e faz parte da Comissão Nacional Portuguesa do International Council of Museums (ICOM), onde desempenha várias funções.